



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

POLÍTICAS PÚBLICAS & SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves - UFAM; socorro.chaves@outlook.pt
Gizelly Caroline França Guimarães - gizellycaroline2013@gmail.com

Resumo

Este trabalho aborda analiticamente o perfil das políticas públicas implementadas na região amazônica, em sua configuração mediante a crise socioambiental e a reestruturação e mundialização do capital. O estudo analisa as condições de viabilização de políticas públicas no âmbito das comunidades ribeirinhas na prestação dos serviços sociais, seus limites e as possibilidades em contribuir para fomentar a sustentabilidade social e cultural junto às comunidades ribeirinhas, abordando a relação destes grupos sociais com os rios e seus tributários. O estudo adota enfoque analítico crítico dos fenômenos ancorado na realidade social, cultural, ambiental e política. A coleta de dados de natureza qualitativa/quantitativa abrangeu; levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo junto aos grupos domésticos familiar em 200 comunidades ribeirinhas na Amazônia. A interpretação centrou-se numa abordagem analítico explicativa, sob a perspectiva de totalidade em suas determinações gerais e particulares. Dentre os principais resultados destaca-se: a identificação do perfil das políticas públicas editadas na região, cuja prestação de serviços apresenta precariedade e limites, condição que inviabiliza o atendimento às necessidades e a viabilização dos direitos de cidadania dos povos tradicionais, sobretudo afetando a sustentabilidade das práticas no manejo dos recursos naturais, particularmente, nas ações que envolvem os ciclos das águas.

Palavras-chave: Povos Ribeirinhos, Práticas Sustentáveis, Questão Social.

1. Introdução

A extensa crise socioambiental que assola os diferentes quadrantes do planeta gera cujas atividades predatórias no uso de água, geram impactos danosos que extrapolam divisões políticas e afetam de modo indiscriminado extensos territórios e suas populações. Neste sentido as soluções são de interesse de variados setores e segmentos sociais, bem como requerem planejamento e ações integradas que atinjam para além do âmbito de manifestação de uma problemática particular.

O Brasil é o detentor da maior reserva mundial de recursos hídricos, cujo território, possui uma das maiores redes hidrográficas do planeta e extensas reservas de água subterrâneas. Todavia, uma gama dos problemas brasileiros está relacionada com o uso e o acesso à água. Este trabalho discute de maneira teórico prática às condições de acesso a bens e serviços sociais viabilizados pelas políticas públicas junto aos povos ribeirinhos na Amazônia. As questões centrais em debate neste estudo são: (1) a busca por conhecer o perfil das políticas públicas de corte socioambiental na viabilização dos atendimentos com bens e serviços sociais aos povos tradicionais (ribeirinhos) na Amazônia; (2) a identificação do modo de vida tradicional ribeirinho, suas práticas sustentáveis, no manejo e usufruto dos rios e seus tributários; (3) na percepção de como as políticas fomentam e/ou limitam a sustentabilidade e garantem a



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

condição de cidadania na dinâmica de ordenamento das ações dos ribeirinhos no âmbito dos ecossistemas aquáticos e haliêutico.

Este debate pauta-se pelo entendimento de que as políticas públicas, em qualquer contexto social, guardam relevância para o estabelecimento de ações de desenvolvimento com sustentabilidade por sua responsabilidade em fomentar ações de cidadania social e ambiental. Entretanto, no contexto amazônico as ações de políticas públicas assumem um papel estratégico e basilar para garantir as condições afirmativas de cidadania aos segmentos amazônidas. Tal afirmação pauta-se por entender a complexidade e, ao mesmo tempo, a extensão e o significado do Bioma Amazônico em termos da manutenção da sociobiodiversidade e de seu contributo para regulação do clima no planeta.

Logo, ao focar o uso dos recursos hídricos a partir da condição cidadã torna-se imperativo adotar uma abordagem global, integrada e dinâmica, rompendo com a visão fragmentada da relação sociedade-natureza. Outrossim, o estudo busca situar-se na posição de agregar saberes e enfrentar as lacunas de conhecimentos que vigoram sobre este tema.

Ao comparar com os estudos e debates de inúmeras outras temáticas, observa-se que há um número relativamente reduzido de estudos produzidos em relação à realidade dos povos ribeirinhos na Amazônia, a viabilização das políticas públicas para as comunidades ribeirinhas e, também, sobre as práticas sustentáveis no manejo dos recursos hídricos. Todavia, em face ao acirramento da crise socioambiental que assola os diferentes quadrantes do planeta e, considerando que o acesso e a conservação dos recursos hídricos representam um dos maiores dilemas e desafios nesta equação, esta matéria tornou-se objeto de ampla repercussão e de relevância central em debates, reflexões e estudos nos mais diversos fóruns e contextos.

Este trabalho aborda a dinâmica de implementação das políticas públicas e das condições de atendimento com a prestação de bens e serviços sociais para as populações rurais na Amazônia. Mediante esta proposta, o estudo da dinâmica de execução das políticas foi realizado a partir da caracterização das formas de organização do *modus vivendi* e das práticas sustentáveis no manejo dos recursos naturais nas comunidades ribeirinhas, agrupamentos humanos formados ao longo dos rios Amazonas-Solimões e do Rio Negro.

2. Fundamentação teórica

• Políticas Públicas: da abordagem conceitual ao contexto sociohistórico da Amazônia

O enfoque adotado neste trabalho sobre a concepção de política pública refere-se à conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que envolvem, afetam e comprometem a todos, sendo assim, as dimensões e escopos da política pública ultrapassam os limites do Estado, da coletividade e do indivíduo isolado.

A protoforma das políticas públicas de caráter social foi instituída na Grã-Bretanha, a partir do século XIV, a Lei dos Pobres (*Poor Laws*) que se constituiu num sistema de proteção do Estado, sem, contudo, garantir, nem tampouco assegurar direitos. O que motivou a instituição e o desenvolvimento das políticas sociais, sob a ótica do pensamento liberal, que prima pelo individualismo e culpabiliza as vítimas geradas pelo crescimento da pobreza, foi o receio que suas manifestações crescessem sem controle, pois eram vistas por eles como



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

desordem social e vagabundagem, o que os levou a instituir uma forma eficiente de combate com a aplicação da Lei dos Pobres.

A política social não era tida como responsabilidade e dever do Estado, e sim como forma de benemerência, favor, gerando assim, políticas sociais estigmatizantes, visto que os incapazes, desempregados, e os tidos como preguiçosos, eram considerados inúteis. Além disso, não havia “(...) planos consistentes e duradouros de atenção social, apresentando, por isso, flagrantes improvisações e versatilidades” (PEREIRA, 2011, p. 176).

No pós Segunda Guerra Mundial, o Estado assumiu o modelo conhecido como Bem-Estar Social (*Welfare State*), como resposta do sistema capitalista para garantir a sua própria sobrevivência, alterando sua face liberal para assumir o papel de regulador das relações, via políticas públicas. O *Welfare State* baseou-se no sistema de proteção social, estruturado nos conceitos de seguridade e cidadania social. Nos anos 40 do século XX, o *Welfare State* lidou com “(...) fenômenos modernos fundamentais, como a formação dos Estados nacionais e sua transformação em democracias de massa; e a conversão do capitalismo em modo de produção dominante, a partir da Revolução Industrial”. (PEREIRA, 2011, p. 87). Nesta campanha inspirou objetivos e políticas, tais como: ampliação dos direitos sociais, oferta universal de serviços sociais, fomento ao pleno emprego; institucionalização da assistência social para atuar como rede de defesa contra a pobreza e garantir a manutenção de padrões mínimos de atendimento às necessidades humanas básicas. (MISHRA, 1991 *apud* PEREIRA, 2011).

A institucionalização do *Welfare State*, criou as condições para que a política social, fossem assumidas pelo Estado de Bem-estar Social, sendo instituídas como políticas públicas e “(...)meio possível e legitimado de concretização de direitos de cidadania” (PEREIRA, 2011, p. 86). O Estado de Bem-Estar Social *Welfare State* se guiou por três perspectivas orientadoras de suas políticas, tais como: receituário de Keynes (1930), o Relatório de Beveridge (1942) e a teoria de T. H. Marshall¹ (1893-1981).

As políticas públicas desenvolvem ações estratégicas no enfrentamento das expressões da questão social, todavia, são permeadas por contradições inconciliáveis e complexidades que lhe são inerentes como fruto de uma sociedade de classes (COUTO, 2005). Pois, ao mesmo tempo que os resultados de suas ações atuam como força executiva no âmbito de um determinado Estado, também apresentam limitações para enfrentar os problemas estruturais e modificar os *status quo*. Portanto, no que tange às políticas públicas, pode-se considerá-las como estratégia de enfrentamento das expressões da questão social, mas, por outro lado, expressam um conjunto de ações dirigidas para a manutenção da lógica própria de acumulação crescente do capital, mantendo dentro dos limites patamares mínimos de consumo da classe trabalhadora, de modo que não comprometa a continuidade do sistema (ALMEIDA, 2008).

Portanto, as ações de políticas públicas não atingem, efetivamente, o cerne da questão social. Pois, ao mesmo tempo em que o Estado atende a classe que detém o poder, atende

¹ Para Marshall, os direitos de cidadania dividem-se em: civis (necessários a liberdade individual, como o direito de ir e vir, de pensamento, de fé, à propriedade, entre outros, surgidos no século XVIII); políticos (direitos ao sufrágio universal, votar e ser votado, entre outros, surgidos no século XIX); e sociais (o direito ao trabalho, à previdência social, à educação, entre outros, surgidos no século XX).



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

também às demandas da classe trabalhadora e não põem em xeque o sistema vigente, ao contrário atuam como forma de legitimá-lo perante a sociedade. e atua como uma forma de enfrentamento das diversas expressões da questão social geradas pelo sistema capitalista.

Conforme Potyara Pereira (2011), a concepção de política pública refere-se a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que envolvem, afetam e comprometem a todos. Assim, a autora considera que as dimensões e escopos da política pública ultrapassam os limites do Estado, da coletividade e do indivíduo isolado, ressaltando-se que o termo “público” conota um sentido de universalidade e de totalidade. Desse modo, pode-se considerar Política Pública:

(...) como instrumentos de ação do Estado, a partir dos quais seus titulares definem formalmente as orientações, formas de controle e de intervenção diante de determinados setores de atividades sociais (NEVES, 1993 *apud* CHAVES, 2016, p. 10).

A Amazônia apresenta um cenário social, notoriamente desigual e excludente, que marca a realidade da região desde o período colonial, o boom da borracha no século XIX e início do século XX, a expansão das relações capitalistas de produção para a região tornar-se grande fornecedora de matérias-primas, impulsionadas por políticas públicas voltadas para atender aos interesses do capital nacional e internacional (LOUREIRO, 2009). Os diferentes ciclos econômicos de retração e expansão do capital, a exemplo do chamado ciclo das estradas, acentuaram ainda mais a histórica de dependência e sujeição da região aos países centrais e ocasionando grandes impactos socioambientais. Becker (2009, p. 25) afirma: “os surtos voltados para produtos extrativos de exportação, as estratégias de controle do território e os modelos de ocupação marcaram toda a formação territorial da Amazônia, estando presentes até os dias atuais”, essa é uma das facetas da realidade regional.

Durante o ciclo da borracha acentuou-se a concentração de renda e as precárias condições de vida dos extrativistas (castanheiros, seringueiros, balateiros e outros), tanto dos povos nativos e migrantes. Os seringueiros viviam em condições sub-humanas, sujeitos ao sistema de aviação, pois (...) durante o período áureo da borracha, foram raras as medidas de criação de infraestrutura de bens e serviços sociais dirigidas ao apoio dos trabalhadores extrativistas, seja para dar-lhes assistência social, seja para orientá-los nas práticas produtivas através de assistência técnica. (CHAVES, 2001, p. 16)

Em relação às políticas de desenvolvimento regional implementadas pelo Estado para a integração da região amazônica ao restante do país, segundo a lógica em vigor desde 1953, que perdurou ainda durante o período da Ditadura Militar, destaca-se a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA,) em 1953, assim como, o Plano Quinquenal (1955-1959), e ainda os investimentos em infraestrutura referentes ao Plano de Metas implementado pelo Governo acentuaram a tendência de integração nacional, expandindo a ‘fronteira econômica’ através do Programa de Integração Nacional” (MELO, 2006, p. 29). O PND (1970-1972) e o II PND (1975-1979) ampliaram a concentração de renda e de terras e abalizaram a continuação do ideário de integração nacional por meio dos incentivos fiscais para



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

haver a ocupação do território amazônico nos moldes do capital. Em meio aos diversos conflitos sociais várias mobilizações dos movimentos sociais ocorreram em prol de seus direitos de cidadania.

Esse padrão de desenvolvimento do capital, sobre os diferentes quadrantes do mundo a partir da década de 80, foi nomeado por Chesnais (2001, 2013) como processo de mundialização do capital. Cujos efeitos adentram o século XXI, expressando a face desumana das guerras impulsionadas pelos núcleos de poder mundial, que intensificam a questão social e patrocinam a regressão dos direitos sociais no campo das políticas sociais, comprometendo a dinâmica e a organização das diversas profissões, além de patrocinar perdas expressivas na esfera da proteção social para extensos segmentos sociais.

No Brasil, este século avança mantendo velhos desafios, impasses, conflitos e problemas variados que perduram ao longo da formação social e histórica do país. A herança perversa do colonialismo associada aos novos dilemas que surgem infligidas pelas inferências da globalização forma uma gama complexa de riscos e vulnerabilidades sociais. De tal modo que a mundialização do capital e os imperativos de sua crise estrutural compõe um horizonte de múltiplas manifestações da questão social pela feição (ultra)neoliberal que assume o Estado.

Na cena ordenada pelo Estado (ultra)neoliberal, os serviços sociais deixam de expressar direitos sociais, metamorfoseando-se em atividade integradas ao circuito de compra e venda de mercadorias (commodities), em detrimento da garantia dos direitos de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requer a ingerência do Estado. As políticas públicas, sob às determinações do Estado, viabilizam junto à sociedade para atender às demandas dos grupos sociais e atuam com a finalidade de lidar com os conflitos vigentes mediante o fluxo de correlações de forças entre as classes sociais. A falta de políticas públicas adequadas e o manejo inadequado dos recursos hídricos, além de provocarem prejuízos de diversas ordens para seus usuários, podem criar problemas gravíssimos para a comunidade e para a saúde pública. Isso significa que o seu manejo adequado não somente é uma atividade de interesse ecológico, mas principalmente social e econômico.

• **Uso dos recursos hídricos na Amazônia**

A Amazônia encerra, por certo, ainda muitas lacunas de conhecimentos, sobretudo em relação aos processos vitais, sociais e culturais, de resto, tanto na floresta, nos corpos d'água e demais elementos que compõem esta região, imensuravelmente rica em espécies. Os recursos hídricos na Bacia Amazônia guardam um conjunto de características, dentre os mais importantes destacam-se:

- 1) a quantidade de precipitação, a maior parte ocorre na estação chuvosa, embora, em relação a outras regiões a chuva ocorra de forma abundante durante o ano inteiro.
- 2) Predomina uma densa rede de drenagem, que transporta as águas pelos igarapés e rios para os grandes afluentes do rio Amazonas e, finalmente, para o oceano Atlântico;
- 3) A região abriga a maior bacia sedimentar do terciário.
- 4) Os lagos do tipo clássico não ocorrem em números significativo;
- 5) Os inúmeros igarapés e rios formam, na sua maioria, extensas áreas alagáveis ao longo de seus cursos, as áreas de várzea;



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

6) As vastas planícies têm problemas de drenagem e formam grandes áreas de inundação periodicamente cobertas com água;

7) Em termos de qualidade química, as águas amazônicas podem ser classificadas, ao longo de um “gradiente de fertilidade”, como águas extremamente pobres em nutrientes, por exemplo, a grande maioria das águas claras, as águas ricas em nutrientes, a maioria das águas pretas e parcela ponderável de águas claras, as águas ricas em nutrientes, a maioria das águas brancas (SIOLI, 1968; 1984; JUNK, 1996).

Há autores que recomendam, inclusive, que a investigação ecológica da região amazônica deva partir do estudo das águas, tendo em vista que estas constituem pontos de referência, sobre os quais pode-se buscar a sustentação para identificar as condições e inter-relações nos diferentes ecossistemas da região. Pois, os ciclos ecológicos dos recursos hídricos na região são fatores essenciais no contexto global:

A circulação da água do mar pelos ares, por cima da terra coberta de floresta, e desta através da planície fluvial novamente para o eterno mar é o grande quadro da Amazônia. O fator que controla sua vida e sua essência. Nada há na Amazônia, seja inerte ou vivo, que não dê testemunho deste fato (BLUNTSCHLI apud SIOLI, 1983, p.9).

Os corpos d’água, sobretudo as águas correntes, são fenômenos interdependentes em relação aos ambientes terrestres, a fauna e flora como integrantes de unidades, compõem paisagens, com as quais atuam, realizam intercâmbios e adaptações variadas e intermitentes. Além disso, neste contexto de inter-relações contínuas e complexas deve-se considerar também as ações antrópicas, ou seja, a intervenção dos homens, portadores de saberes, e o seu papel no plano ambiental, portanto, no plano socioambiental.

Os problemas ambientais, oriundos das ações antrópicas na região, principalmente àqueles ocorridos no processo de ocupação da bacia amazônica, acarretaram forte depleção nos recursos naturais da região. Nos últimos anos, em nível internacional, observa-se que as preocupações estão voltadas prioritariamente para a preservação e conservação das florestas úmidas, com a criação de regulação, instrumentos e estratégias para atender aos interesses e necessidades. Embora, no Brasil, tais iniciativas estejam passando por notório desmonte, elas padecem de um equívoco maior o de não dar a devida atenção ao grau de impactos nos outros sistemas e subsistemas da bacia, como por exemplo, em relação ao meio ambiente aquático.

Sobre essa questão, Junk (1996) assinala que a abundância dos recursos hídricos na maior parte da Amazônia contribui para relativizar e atenuar a preocupação com as modalidades de uso desses recursos. No entanto, é fundamental ter o entendimento que todo e qualquer impacto ao meio ambiente terrestre (terra, fauna e flora) acarretará, a curto, médio ou longo prazo, consequências diretas ou indiretas aos recursos hídricos.

Considerando as características peculiares da região e com base na premissa de que a água é um elemento essencial para a vida humana são inúmeras as atividades e modalidades de uso que podem ser realizados no meio ambiente aquático: o uso nas atividades produtivas - industriais e agropecuárias; a prática da pesca nas águas interiores e a piscicultura são atividades para o fornecimento de proteína animal à população; a produção de energia hidrelétrica, como uma das fontes energéticas principais não somente da própria região, mas também nas áreas adjacentes; o conhecimento e a proteção dos habitats aquáticos, os organismos altamente



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

especializados, que são importantes sob o ponto de vista da proteção de recursos genéticos e da proteção ambiental, ou seja, para a conservação da biodiversidade (JUNK, 1983).

A questão social na Amazônia aprofundou-se, a partir do processo de formação de um mercado de trabalho dependente, orientado pelos interesses das elites locais e das forças dos poderes centrais do capitalismo, mantendo e/ou relegando parcela expressiva dos povos tradicionais locais em condições extremamente precárias. Sendo assim, o elemento essencial às ações do Estado na esfera das políticas públicas foram as dinâmicas de mudanças nas relações de produção. Desse modo, por volta de 1970, a questão social na Amazônia se apresentou pelo intenso crescimento populacional, tanto no campo, como na cidade, ampliando a precarização das condições de vida da população. (BARBOSA *In*: SCHERER, 2009). Conforme Scherer & Oliveira (2009, p.25):

O termo exclusão, na Amazônia, pode ser expresso, de modo amplo, em relação à renda, educação, condições da população infantil, carências habitacionais e condições de moradias, acesso às atenções básicas de saúde, perspectivas de ocupação da força de trabalho, e outros indicadores reveladores da situação humana na Amazônia (...) O termo ainda está associado à desigualdade e às dificuldades de efetivação de políticas públicas no território da Amazônia Brasileira.

Os grandes rios e seus afluentes, de um modo geral, devassam fronteiras com toda carga de poluentes, agentes contaminantes e sedimentos nocivos advindos do uso inadequado das terras e do despejo de resíduos (domésticos e industriais), tanto pelo seu uso direto quanto indireto, através de represas hidrelétricas, garimpo, coleta de material do leito do rio (construção civil), irrigação, indústrias. Assim, as consequências das atividades humanas, nas áreas de captação rio acima, afetam os interesses dos usuários rio abaixo, sem respeitar fronteiras políticas.

As estratégias desenvolvimentistas de integração nacional da Amazônia, atraíram diferentes frentes pioneiras como madeireiros, grupos industriais nacionais e internacionais, entre outros. Baseados na ideia de desenvolvimento da Amazônia a qualquer custo e para poucos, pois os territórios dos povos tradicionais e suas formas de produção, consideradas como terras desocupadas e práticas improdutivas, fossem inseridas na lógica produtivista do capital, assim como, “(...) o aumento da capacidade de exportação e continuidade de investimentos para equipar as novas indústrias e pesquisar as novas matérias-primas” (MELO, 2006, p. 25).

Dessa forma, a Amazônia tem sido, desde o final dos anos de 1980, um imenso laboratório de políticas e projetos que, de uma forma ou de outra, tentam compatibilizar a presença dos habitantes com algum tipo de procedimento visando à conservação dos ecossistemas em que eles vivem (ESTERCI & SCHWEICKARDT, 2002). Já nos anos 90, houve a redefinição de um considerável quantitativo de políticas públicas que foram idealizadas pela Secretaria Especial para a Amazônia, assim como, para o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Na contemporaneidade, sob a égide da crise estrutural do capital, socioambiental a região amazônica expõe diversificadas formas predatórias de uso dos recursos naturais e de degradação das condições de vida das populações que habitam a região. Esta relação pode ser observada a partir da trajetória dos ciclos econômicos empreendidos na região, a forma de



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

ocupação territorial e a conformação das políticas públicas direcionadas à Amazônia. Barbosa (in: SCHERER, 2009, p. 72) relata que:

A miséria e os conflitos sociais, portanto, começam a aparecer, de um lado, devido à penetração dos grandes projetos agro-exportadores e minero-metalúrgicos assentados sob diferentes formas de expulsão das chamadas populações tradicionais (quilombolas, populações indígenas, populações ribeirinhas etc.) e de outro, pela intervenção do Estado no controle dos conflitos fundiários (...).

Os países que integram a bacia amazônica usufruem do mesmo sistema fluvial, exercem influência e sofrem as mesmas consequências em relação aos recursos hídricos. Os problemas provocados pelos usuários nas áreas das cabeceiras, por certo, são transmitidos para os usuários rio abaixo. Além disso, na Amazônia, o trânsito dos agentes em busca de recursos vem historicamente gerando conflitos entre a lógica de uso dos recursos adotada pelas populações locais que possuem modalidades singulares de uso dos recursos e os agentes externos.

- **Sustentabilidade, bases conceituais**

A sociedade contemporânea vivencia os limites da capacidade de recuperação e manutenção de seus recursos naturais, como resultado da relação de dominação e exploração que permeia a vida dos homens entre si em sociedade e da forma como lidam com a natureza, orientada pela prioridade absoluta de acumulação de riquezas, marcado pelo padrão desigual de desenvolvimento da sociedade. É pertinente reconhecer a crise socioambiental e as problemáticas dela decorrentes como a degradação ambiental que impacta a vida social, econômica, política e cultural dos homens e mulheres na contemporaneidade. É mister reconhecer que a questão ambiental é antes de tudo uma das dimensões da questão social.

Diante disso, no que concerne a proposição da construção de estratégias de base realista para superação do modelo atual de desenvolvimento para outros com potencialidades e capacidade para efetivar a conexão entre fatores culturais, socioeconômicos, político-institucionais e ambientais, faz-se imprescindível a aliança entre os conhecimentos tradicionais e os técnico-científicos. (CHAVES, 2001).

Alguns autores analisam a crise socioambiental sob o prisma do crescimento da população em relação com a capacidade de suporte do planeta – teoria difundida desde o século XVIII, pelo economista inglês Robert Malthus, outros discutem a finitude dos recursos naturais. Para Leff (2002, p.17), a crise ambiental é a expressão de uma crise maior, a crise de civilização, que questiona a racionalidade econômica e tecnológica dominante, assim, os problemas socioambientais “se manifestam como sintoma de uma crise da civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza.”

O debate acerca da sustentabilidade em nível global, ocorre desde a segunda metade do século XX, a partir da criação do Clube de Roma em 1968. A partir do momento em que os impactos gerados pelo desperdício e a poluição, em suas diversificadas formas, avançaram para além dos agravos das condições de vida e consumo das populações humanas, para afetarem à própria base de reprodução do modo de produção em suas esferas produtivas e distributivas. A



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

crise socioambiental recebeu maior atenção quando os movimentos sociais associados aos resultados de estudos expuseram os riscos do modelo de crescimento concentrado e ilimitado dos países ricos, que por seu formato cultural e socialmente nefasto, ambientalmente predatório e politicamente injusto, conduziram a sociedade a uma crise civilizatória.

Esse termo transita nos mais diversos círculos e grupos sociais, das ONGs às instituições de pesquisa, com notável e estranho consenso, como se fosse uma palavra mágica ou um fetiche. As manipulações e generalizações do conceito de desenvolvimento sustentável tornam necessário buscar a (re)constituição metodológica e analítica que amplie a percepção e compreensão dos ecossistemas, do planeta, da história, da sociedade e da humanidade. Desenvolvimento sustentável é um termo utilizado “à exaustão” sobretudo nos discursos governamentais e nos preâmbulos de projetos de investimentos a serem financiados por instituições financeiras bi e multilaterais. Sendo assim, as políticas de orientação socioambiental acabaram por colocar os excluídos do modelo desenvolvimentista como “paradigmáticos para a elaboração das novas linhas de ação” (ESTERCI & SCHWEICKARDT, 2002, p. 3). Segundo as autoras, a noção referente ao desenvolvimento sustentável sofre críticas da possibilidade de ser alcançado dentro dos parâmetros vigentes. Desse modo, teme-se que o termo em questão seja somente uma forma de se alongar a validade do desenvolvimento, sem que seja posto em xeque os seus fundamentos.

Portanto, o grande desafio da humanidade, neste século, é encontrar estratégias que implique redução dos danos ao meio ambiente, menos desperdício, desenvolvimento de novas tecnologias e políticas públicas condizentes com as particularidades dos territórios, ou seja, um novo modelo de desenvolvimento que, sob o prisma da sustentabilidade, seja socialmente equitativo, ambientalmente equilibrado, economicamente produtivo e politicamente democrático. (BECKER, 2012; CHAVES, 2014)

No estudo adota-se a abordagem elaborada em 1970, por Ignacy Sachs (2009) que formulou os princípios básicos do conceito de Ecodesenvolvimento busca estabelecer uma relação de harmonia entre o homem e a natureza, como um modelo de desenvolvimento que aciona as forças endógenas e orienta-se pela lógica das necessidades do conjunto da população (SACHS, 1986). Sachs (2009) defende que o desenvolvimento deve possibilitar que cada indivíduo revele suas capacidades e seus potenciais com autorrealização, mediante esforços individuais e coletivos, para redução da pobreza com a potencialização das habilidades locais e a criação de oportunidades com tecnologias adaptadas às necessidades econômicas e ambientais de cada território. Ele apregoa a busca da autonomia (self-reliance) dos países em desenvolvimento frente aos desenvolvidos (relação geopolítica norte-sul), e pela satisfação das necessidades básicas das populações.

Inagcy Sachs (1985) assevera que o desenvolvimento com sustentabilidade representa uma nova consciência dos equilíbrios ecológicos globais. Seu enfoque defende: o atendimento das necessidades básicas das populações tradicionais e empobrecidas; o reconhecimento do papel fundamental que a autonomia cultural dos povos desempenha para o estabelecimento de um processo de mudança. Dentre as necessidades básicas a serem satisfeitas para o alcance da qualidade de vida (materiais, psicossociais); defende a autonomia e participação das populações



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

envolvidas (self-reliance); valorização do saber-fazer (modo de fazer tradicional, manejar os recursos locais).

3. Metodologia

Nesse estudo fez-se a adoção teórico-metodológica do materialismo histórico, tendo em vista que essa perspectiva de abordagem possibilita a análise dos fenômenos ancorado na perspectiva de totalidade, levando em consideração a contradição, a transformação, a processualidade das relações entre o singular, a dinâmica entre as determinações particulares e gerais. O estudo abrangeu 200 comunidades, em 20 municípios dos estado do Amazonas, Pará e Roraima, situados na Amzônia Legal, Região Norte do Brasil.

Os procedimentos metodológicos de coleta de informações de natureza quali-quantitativa que abrangeu: pesquisa bibliográfica para constituição dos fundamentos teóricos: levantamento de dados documentais junto às instituições; pesquisa de campo com aplicação de formulários, realização de entrevistas, montagem de grupo focal e registro fonográfico. Na sequência, os dados coligidos foram organizados e procedeu-se a abordagem analítico explicativa das categorias e a elaboração de relatórios do estudo.

4. Resultados

Entende-se que no caso específico do ordenamento territorial da região Amazônica para conhecer as condições de viabilização de políticas públicas no âmbito das comunidades ribeirinhas na prestação de bens e serviços sociais, seus limites e as possibilidades em contribuir para fomentar as práticas de sustentabilidade social e cultural junto às comunidades ribeirinhas, faz-se necessários abordar a relação destes grupos sociais na dinâmica de manejo dos recursos naturais e, de modo particular, no domínio dos rios e seus tributários.

Para efetivar tal empreitada, foram tomados como referência o conjunto complexo de práticas de sustentabilidade dos ribeirinhos, considerando que as políticas públicas para além de poderem implementar mecanismos para potencializar diretamente às referidas práticas pelo acesso aos bens e serviços sociais, atuam para alavancar a superação das condições de exclusão social pelo combate às questões sociais e pela garantia de cidadania aos segmentos amazônidas.

Os habitantes do meio rural na Amazônia, constituídos por populações caboclas e tradicionais que vivem às margens de rios, lagos, paranás e igarapés, nos ecossistemas de várzea (terras alagáveis) e de terra-firme formam comunidades e localidades (denominação própria para agrupamentos humanos nos quais não existem nenhum tipo de serviço social como escola, igreja). Nas comunidades, assim nominadas por possuírem pelo menos uma igreja e/ou escola pública, as famílias constituem grupos domésticos-familiar por abrigar diversos agregados em seu convívio. Os diferentes membros trabalham no manejo dos recursos da floresta e das águas, obtendo assim a maior parte de seus víveres e a renda para subsistência do grupo.

A vida comunitária se realiza em espaços e ambientes internos à comunidade, enquanto território de existência que envolve o mundo do trabalho, suas práticas individuais e coletivas (*mutirões*, *puxiruns* e *ajuris*), assim como o espaço de socialização (vizinhança, lazer); que combinam dimensões diversas (social, cultural, ambiental, tecnológica) interfaceadas pela



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

proximidade e os intercâmbios mútuos sem que haja uma clivagem a exemplo da organização espacial do mundo urbano-industrial.

Tendo em vista que na área comunitária não há cercas demarcatórias seccionando os diferentes espaços e ambientes. De maneira combinada, diferentes ambientes se integram, cada um com sua especificidade, dispostos harmonicamente no sentido rio-floresta. A organização comunitária organiza-se de frente para o rio, organizam a vida no barranco que o margeia, dispondo as moradias, o terreiro, o campo e a floresta, que abrigam em si, outros ambientes como as hortas, as plantações e os roçados.

No rio se pratica a pesca através da qual obtêm-se o alimento básico *por estas bandas*: o peixe (a jatuarana, o tambaqui e muitos outros). O processo de trabalho na atividade pesqueira é eminentemente artesanal, constituindo uma atividade basicamente masculina, praticada pelas mulheres apenas em casos excepcionais. Os principais instrumentos de pesca utilizados nesta atividade são a tarrafa, a zagaia e o anzol. Os próprios comunitários produzem seus instrumentos de trabalho para a prática da pesca, tecem as tarrafas (redes de pesca), preparam a zagaia (arpão), constroem as canoas e os remos.

Não havendo um planejamento rígido, a pesca é realizada segundo critérios variados, dentre eles as necessidades da família e a fartura (abundância) haliêutica do rio, sempre em observância ao regime das águas. No momento em que retornam das pescarias, os pescadores entregam às suas companheiras o resultado da pesca. Estas, por sua vez, efetuam a divisão dos peixes atendendo aos seguintes critérios: separam parte para suprir as necessidades de consumo dos membros do grupo doméstico e outra parte para ser distribuída aos parentes e vizinhos, apenas o que excede às necessidades comunitárias segue para a comercialização na feira. Por vezes, dependendo da quantidade obtida com a pesca, fazem trocas por outros produtos com as comunidades adjacentes.

Outrossim, observa-se que o peixe é frequentemente distribuído entre os comunitários como agrado, que se faz a outros grupos domésticos (vizinhos, parentes). Igualmente, pesca-se um especial para receber uma visita, para comemorar uma data festiva, ou seja, o peixe é utilizado em diversas ocasiões como objeto de cortesia. A pesca na comunidade é um misto de trabalho e lazer. Às margens do rio estão *as balsas* (armações com toras de madeira flutuantes) que servem de ancoradouros para as embarcações, sendo também utilizadas para lavagem de roupas e de louças. Também são escolhidas como local em que as pessoas vão se banhar, *pular n'água*, enleando higiene e prazer.

Os ribeirinhos vivem às margens do rio não como uma condição imposta, mas por uma conjunção de fatores objetivos e subjetivos vinculados à obtenção de recursos, por ser o rio que oferece o suporte para a obtenção do alimento básico dos amazônidas. Um outro determinante é a facilidade para o abastecimento de água para diferentes utilidades domésticas e, ainda, porque o rio é a principal via de acesso na região, sendo a estrada, o caminho dos moradores da interlândia amazônica. Mas, para além destes fatores objetivos, e ao mesmo tempo em seu cerne, manifesta-se uma racionalidade sócio-cultural dos ribeirinhos em que, exatamente por tais atributos, o rio extrapola o estatuto de curso d'água para torna-se um fator de vida e fundamentalmente um ser ativo consciente.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

O conjunto das determinações postas resultam em práticas efetivas de sustentabilidade marcadas pelos cuidados com os cursos d'água, que se traduz no respeito ao regime das águas, a vazante, a seca, a enchente e a cheia. Assim, como no respeito ao período de reprodução dos peixes, a piracema, estas práticas são mais que uma mera preservação ecológica de recursos: são a defesa do rio, por ser provedor da vida que nele habita e que dos que dele dependem.

Os ribeirinhos atuais como guardiões dos rios, ao ouvir qualquer ruído diferente de embarcação, os moradores aproximam-se da margem para observar. Se houver qualquer movimento no sentido de realizar a pesca na área predatória, eles fazem acenos da margem para que o barco se afaste. Em caso de persistência, por partes dos barqueiros, em geral, armadores, geleiros, eles, em suas canoas, remam em direção ao barco, e fazem o apelo para que se retirem².

Estes atos são bastante ilustrativos do senso de defesa que a comunidade tem em relação a seu território de trabalho e vida. Os ribeirinhos demarcam com muita clareza *quem pode e quem não pode* ter acesso aos proventos que o rio oferece. Esta defesa tão ferrenha se explica, em parte, pelo fato de os moradores enfrentarem, em alguns períodos do ano, a escassez do pescado. Tal escassez é apontada como resultante da pesca comercial, destinada tanto para o mercado dos centros urbanos da região quanto para a exportação, por se realizar de maneira indiscriminada com instrumentos inadequados e, principalmente, quando é praticada nos períodos em que os peixes estão em época de reprodução, na piracema. Os armadores ocasionam a morte desnecessária de várias espécies, sem valor comercial, mas de grande importância para o equilíbrio ecológico do meio ambiente.

Os fatos acima relatados não implicam o impedimento radical da pesca por parte dos moradores, a concessão da pesca existe, porém em espaços predeterminados, tanto para grandes quanto para pequenos pesqueiros comerciais, para que se garanta a todos, homens e rio, a sobrevivência. No entanto, os pescadores comerciais são vistos de maneira diferenciada pelos comunitários, que os classificam entre pequenos e grandes (armadores) pescadores comerciais. Os pequenos comerciantes do peixe são considerados pelos moradores da comunidade como *iguais*. Esta identificação deve-se ao fato de ser a pesca a principal fonte de recursos para manutenção destes pescadores e de suas famílias.

Os ribeirinhos no território das comunidades são desafiados pela natureza a decifrá-la continuamente, posto a prova para transformar as forças da natureza em seu favor, mas sem destruí-la. Para utilizá-las em suas práticas laborais e lúdicas, ele põe em prática perícia, criatividade e sua capacidade de perceber a si e a natureza. Ao realizar suas atividades laborais em condições tão complexas ele exercita todos os seus sentidos para a interpretação dos códigos, seja do rio, seja da floresta, denotando identidade com o ambiente.

Depreende-se daí que para o ribeirinho a natureza é a um só tempo o sujeito-objeto do seu trabalho. A relação entre os comunitários e a natureza que os cerca, é explicitamente uma relação entre " seres", entidades que se interrelacionam. A natureza é visualizada como um ser

² No início dos anos 80, algumas comunidades da prelasia de Tefé se reuniram e resolveram iniciar um trabalho de preservação selecionando lagos que foram chamados de "procriação ou "santuários" e lagos de "manutenção ou consumo". Essas comunidades passaram a se organizar para assumir a fiscalização exclusivamente nesses dois tipos de reserva deixando as demais áreas para o desenvolvimento da pesca comercial. Essa experiência deu resultado positivo, recuperando em pouco tempo a quantidade de peixes neles existentes, melhorando assim a situação de alimento dessas comunidades. (CPT/AM).



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

que tem vontade, consciência que se manifesta. Em alguns momentos a protegem e, em outros, esperam por ela serem protegidos, afirmando, não raro, respeito e integração. Percebe-se mesmo, em alguns momentos, um certo sentimento de indistinção entre natureza e ser social.

Isto não significa entender que a natureza em si determina o ritmo social, pois é necessário considerar a dinâmica da relação homem-natureza no tempo e no espaço. A acumulação e preservação dos *saberes dos antigos* na luta pela subsistência e na própria criação cultural que os habilita capacitando-os para que atuem junto à natureza a partir *dos meios próprios para trabalhar com ela*.

No contexto dos conjunto das comunidades o acesso aos bens e serviços sociais são extremamente limitados: a maior parte das escolas possuem infraestrutura mínima; os serviços de energia elétrica são atendidos pelo Programa Luz para Todos, mas que não consegue atender as localidades mais distantes; a água para consumo é retirada diretamente dos cursos d'água sem tratamento; as moradias não possuem sanitários e utilizam fossas negras; os postos de saúde, em geral, não possuem estoque de remédios e nem profissionais habilitados, contam com os Agentes Comunitários de Saúde que lutam com poucos recursos para atender os grupos locais; de cada pessoas com idade para receber a aposentadoria, apenas 01 consegue ter acesso ao benefício; a Assistência Social enfrenta dificuldades para prestar atendimento mediante a logística complexa e os recursos escassos.

O Estado, através das políticas públicas, molda suas respostas às demandas da sociedade, sob a tensão das correlações de forças estruturais que lhes cingem e das alianças conjunturais que estabelece, em termos políticos e econômicos. Mediante estes determinantes, na região, a postura das instituições públicas, sobretudo em relação aos segmentos mais empobrecidos, com frágil poder político de barganha, é de selecionar a carência a ser atendida e a maneira como deve ser viabilizado o acesso aos bens e serviços sociais.

Nas comunidades, os relatos indicam que a condição de cidadania para os ribeirinhos, é focada na igualdade de acesso aos serviços sociais, tais como saúde, educação, comunicação, assistência social, assistência técnica, o respeito à cultura e ao território. O processo de reivindicação, expressão e luta contribui para o agir coletivamente na construção da identidade e da autonomia, expressando aspirações e necessidades dos grupos sociais. A processualidade inerente ao movimento produz novos atores sociais e políticos, que lutam apenas por políticas públicas, mas na construção de uma cultura política de respeito às liberdades, à equidade social, à transparência das ações do Estado que podem instituir-se no movimento permanente de decomposição de ordens impostas e na composição de múltiplas e novas direções.

Para acessar aos recursos para criação de infra-estrutura nas comunidades, os comunitários são obrigados a criarem associações que possam servir para estabelecer a interlocução com as instituições públicas. Esta exigência é selada pela imposição de fora para dentro da comunidade. Mas, apesar de ser uma condição imposta, todas as comunidades estudadas tomaram como oportunidade para organizarem suas forças, interesses e demandas de acordo com os papéis exercidos pelos comunitários no seio de seu agrupamento social.

As ações ou interações no âmbito comunitário desencadeiam processos de transformação distintas, no tempo e no espaço, lentos em algumas entidades organizativas e acelerados em outras, condicionando mudanças em níveis diferenciados nos envolvidos. De acordo com os



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

papéis internos à comunidade as associações são formadas, os que sabem ler, escrever e falam com maior fluência, em geral são indicados para exercer o papel de presidente na associação. Os professores ganham um papel de destaque nestas associações, quando pertencem à comunidade são escolhidos como líder e quando são de outras localidades, ainda assim, são membros da diretoria. Os homens mais idosos são requisitados como conselheiros.

Observou-se que esses agentes sociais se capacitam para a percepção/compreensão das leis da natureza por meio das formas historicamente determinadas de seus processos de trabalho. Quanto às condições de acesso a bens e serviços sociais nas comunidades da região o padrão que prevalece é a precariedade de serviços básicos como educação, energia, água, postos de saúde, assistência técnica e outras.

Desde o processo de colonização, os povos da Amazônia foram rotulados como “preguiçosos” e “ignorantes” para utilizar de modo racional (capitalista) os recursos regionais, acusados de inoperância para manejar as riquezas naturais locais. Assim, esse velho preconceito demarcou historicamente o feitio das políticas públicas, formatado num discurso que ainda encontra eco nos tempos atuais, e esconde os reais interesses de expansão do capitalismo através da dominação das formas de produção tradicionais em busca da maximização do lucro e da sanha da conquista de terras para especulação, exploração desordenada e predatória dos recursos naturais e dos homens. (CHAVES, 2001).

Mediante o quadro de dilemas enfrentados na Amazônia e, ao contemplar as práticas políticas de diversos agentes institucionais, percebe-se que muitas manifestações de resistência têm ocorrido com êxito dentre elas destaca-se:

- 1) O aumento e fortalecimento das redes de confiança e solidariedade horizontais que estão contribuindo para ampliar o campo de participação junto às instituições tornando-as mais sólidas e democráticas;
- 2) O reconhecimento de suas lutas, via movimentos sociais, tem servido como elemento catalisador da democratização das relações sociais e da afirmação da identidade amazônica;
- 3) O avanço do movimento ambientalista de defesa da Amazônia, por parte de instituições extra-regionais ao redor do mundo, fortalece as lutas internas à região;
- 4) A ampliação dos fóruns de debates na própria região sobre a realidade amazônica.

Mediante a diversidade de práticas e na percepção de seu caráter sustentável, Becker (2009) assevera que seja estimulada a formulação de novos paradigmas de desenvolvimento de forma inclusiva, no sentido de preservar a rica sociobiodiversidade do Bioma Amazônico, de modo que a valorização dos saberes tradicionais possa favorecer a participação e o protagonismo das populações locais. Portanto, o repto que se apresenta é como consolidar uma forma civilizatória que cultive, sobretudo, universalização do direito à vida com qualidade. Isto pressupõe a defesa de um projeto societário que permita o estabelecimento de um desenvolvimento que seja ecologicamente durável, socialmente equitativo, culturalmente diverso e politicamente democrático.

No estudo reconhece-se que a Amazônia se constitui como um território, cuja organização sociocultural dos povos tradicionais está sendo subjugada, por políticas sociais, ambientais e econômicas que contribuem para a alienação e/ou devastação de seus bens culturais, do patrimônio material e domínios territoriais. Assim, ao tomar por base os resultados do estudo,



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

entende-se que as políticas sociais precisam formar uma rede de segurança que impeça a deterioração do padrão de existência e crie as possibilidades de uma efetiva melhoria nas condições de vida da população local. Assim, mediante o quadro de problemáticas e lutas que se apresentam na conjuntura atual, as políticas públicas devem atuar para superar os marcos conservadores, sob o crivo de mecanismos de controle social, que gere condições efetivas de participação cidadã de seus demandantes.

O grande desafio social, político e econômico para a Amazônia é a criação de alternativas de ações públicas de desenvolvimento regional sustentáveis. Porém, para tal muitos impasses prevalecem no âmbito dos debates e das práticas políticas, o que desafia a todos para assumirem o compromisso de contribuir com a construção de novos fundamentos teórico-práticos e ético-políticos que tragam para a concretude da realidade a utopia da sustentabilidade almejada.

A abordagem do ponto de vista socioambiental, envolve os elementos culturais e, portanto, a adaptação ao meio ecológico e precisa ser percebido a partir dos conhecimentos acumulados pelas populações locais sobre o território e as diferentes formas pelas quais os recursos naturais são em parte transformados, via processo de trabalho, e outras áreas são mantidas preservadas como forma de reservas naturais.

O manejo adequado dos recursos hídricos é uma necessidade ético-política, tendo em vista que se confrontam diversos interesses de uma pluralidade de usuários no cenário da Amazônia brasileira desde longa data. Entende-se que as alterações impostas ao *modus vivendi* das populações locais, pela interação com as ações institucionais (políticas públicas) e as forças procedentes do contexto externo são relativizadas pelo grau de resistência nas lutas que estas desenvolvem. As lutas pela terra, contra as barragens, as reivindicações junto ao Estado para formação de reservas extrativistas, preservação dos lagos, por acesso a bens e serviços sociais deram gênese a movimentos organizados de amplitude e diversidade na região.

5. Conclusões

O artigo debate as políticas públicas na Amazônia como fruto de diversos ciclos econômicos, ordenados sob a lógica do capital, evidenciando os desafios para viabilização de bens e serviços sociais no contexto amazônico e, como historicamente. Igualmente, apresenta as formas singulares de manejo dos recursos hídricos pelos povos ribeirinhos e expõe a lógica que ordena as práticas dos ribeirinhos, direcionada para a conservação dos ecossistemas amazônicos. Foram relatados limites nas políticas públicas para o atendimento às especificidades locais, tendo em vista a lógica neoliberal que reduz os recursos para criar infraestrutura regional voltada, principalmente, aos interesses de expansão do capital na região.

Portanto, entende-se que para reverter o modelo de desenvolvimento vigente, é imprescindível empreender um efetivo investimento na criação de mecanismos de controle social nos processos de tomada de decisão, apoiando a adoção de práticas democráticas, para alcançar a implementação de políticas públicas sob a base da sustentabilidade e, também, no fortalecimento nas organizações representativas destes segmentos sociais para que possam exercer ações afirmativas de cidadania para superação das questões sociais.

Entende-se que no caso específico do ordenamento territorial na região, o desenvolvimento deve partir de um processo de identificação das bases de sustentabilidade



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

econômica, social, política, tecnológica e cultural que articule visões setoriais, além de integrar um conjunto complexo de instrumentos de gestão que potencializem diretamente às práticas de sustentabilidade pelo acesso aos bens e serviços sociais como condição fundamental para a cidadania das populações amazônicas.

No contexto atual são muitos os desafios a serem enfrentados para que sejam reconhecidos e garantidos os direitos de cidadania das populações tradicionais amazônicas, para que assim possam manter sua reprodução social e cultural. Os movimentos sociais identitários apresentam-se como um motor de mudança para a elaboração e implementação das políticas públicas, que em meio a avanços e retrocessos, têm garantido a implementação de importantes marcos legislativos e administrativos para a valorização cultural e de suas identidades. Por outro lado, em contraposição às perspectivas desenvolvimentistas formou-se um processo de organização social em torno das identidades étnicas coletivas.

7. Referências

- ALMEIDA, A.W.B.de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. ALMEIDA, A.W.B.de. 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- BARBOSA, M.J. de S. & SA, M.E.R.de. **A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo:** o estado do Pará em foco. In. SCHERER, E. *Questão Social na Amazônia*. Manaus, EDUA, 2009.
- BECKER, Bertha “Geopolítica da Amazônia”, **Estudos Avançados**, 19(53), p. 71-86, 2005.
- CHESNAIS, F. **Mundialização:** o capital financeiro no comando. SP, n. 5, p. 7-28, 2001.
- CHAVES, M.doP.S.R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia:** o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá. Campinas, SP: [s.n.],2001.
- COUTO, C. G. Constituição, competição e políticas públicas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 65, 2005.
- ESTERCI, N. & SCHWEICKARDT, K.H.S.C. **Territórios Amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza.** In. *Boletim Mus. Para. Emílio*. 2002.
- JUNK, Wolfgang, J. Os Recursos Hídricos da Amazônia. In *Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia*. Org. PAVAN, Crodowaldo. São Paulo: Memorial, 1996.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Trad. Jorge Estevão da Silva. Blumenau: Editora FURB, 2000.
- MELO, Neli Aparecida. A ação territorial pública e as frentes pioneiras. In: MELO, Neli Aparecida. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Anna Blume, 2006. (Capítulo 1).
- PEREIRA, Potyara. **Política Social:** temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.
- SACHS, Ignacy. **A Terceira Margem:** em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SIOLI, Harald. *Amazônia: fundamentos da Ecologia da maior região de florestas tropicais*. 3^a Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.